



**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA**



GABRIEL BORGES MONTEIRO GOUVEIA COUTO

**UM ESTUDO SOBRE AS ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO À CRIMINALIDADE
PELA PMGO EM ÁREAS RURAIS**

GOIÂNIA-GO

2025

GABRIEL BORGES MONTEIRO GOUVEIA COUTO

**UM ESTUDO SOBRE AS ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO À CRIMINALIDADE
PELA PMGO EM ÁREAS RURAIS**

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Profa. Esp. Gabriella Vicente Martins.

GOIÂNIA-GO

2025

UM ESTUDO SOBRE AS ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO À CRIMINALIDADE PELA PMGO EM ÁREAS RURAIS

A STUDY ON CRIME PREVENTION STRATEGIES BY THE PMGO IN RURAL AREAS

Gabriel Borges Monteiro Gouveia Couto¹
Gabriella Vicente Martins²

Resumo

A criminalidade em áreas rurais, caracterizada por furtos de gado, roubos de insumos agrícolas e invasões de propriedades, tem apresentado crescimento em diversas regiões do Brasil, incluindo Goiás, que impõe desafios específicos à segurança pública devido à extensão territorial, dispersão populacional e dificuldades de acesso. Este estudo teve como objetivo analisar as estratégias de prevenção à criminalidade implementadas pela Polícia Militar de Goiás (PMGO) em áreas rurais, avaliando sua efetividade e percepção tanto dos policiais quanto dos moradores dessas regiões. Os resultados indicam que as patrulhas rurais e o policiamento comunitário, aliados ao uso de tecnologias de georreferenciamento, contribuem para a redução dos delitos patrimoniais e para o aumento da sensação de segurança nas comunidades rurais isoladas. Contudo, desafios como insuficiência de efetivo, limitações logísticas e barreiras culturais ainda restringem o alcance das ações policiais. Os achados destacam a necessidade de ampliação do efetivo policial rural, identificada como principal limitação e a importância da continuidade dos investimentos em capacitação especializada para enfrentar a sofisticação crescente dos métodos criminosos em áreas rurais de Goiás.

Palavras-chave: Policiamento rural; Prevenção criminal; Segurança pública; Polícia Militar; Georreferenciamento.

Abstract

Crime in rural areas, characterized by cattle theft, agricultural input theft, and property invasions, has shown growth in various regions of Brazil, including Goiás, which poses specific challenges to public security due to territorial extension, population dispersion, and access difficulties. This study aimed to analyze crime prevention strategies implemented by the Military Police of Goiás (PMGO) in rural areas, evaluating their effectiveness and perception from both police officers and residents of these regions. The results indicate that rural patrols and community policing, combined with the use of georeferencing technologies, contribute to the reduction of property crimes and to increasing the sense of security in isolated rural communities. However, challenges such as insufficient personnel, logistical limitations, and cultural barriers still restrict the reach of police actions. The findings highlight the need for expanding rural police personnel, identified as the main limitation, and the importance of continuing investments in specialized training to face the growing sophistication of criminal methods in rural areas of Goiás.

Keywords: Rural policing; Crime prevention; Public safety; Military police; Georeferencing.

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças – 2ª Turma/2025, Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, email: gabrielborgesm18@icloud.com. Telefone: (62) 983089825.

² Orientador. Professor da Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar. Especialista em Assessoria de Comunicação Social pela UFG. MBA em Inteligência Estratégica, Competitiva e Segurança Pública (Sensu), Jornalista .Email: gvicentemartins@yahoo.com.br..

1 INTRODUÇÃO

Os delitos no meio rural, como abigeato, apropriação de insumos para lavoura e ocupações ilegais de fazendas, registram crescimento em várias partes do Brasil, incluindo Goiás, trazendo prejuízos à proteção social e à dinâmica econômica dessas localidades. Ao contrário dos grandes centros urbanos, as zonas do interior exibem obstáculos particulares, como vastas extensões territoriais, entraves no deslocamento e concentração demográfica reduzida, fatores que demandam táticas policiais ajustadas. Pereira (2024) observa que a carência de medidas preventivas bem-sucedidas nessas localidades favorece a continuidade de infrações patrimoniais. A corporação militar goiana vem executando iniciativas como rondas campesinas, mas sua eficácia carece de investigação aprofundada.

Investigações como a desenvolvida por Konzen, Pessoa e Silva (2023) revelam que técnicas como o patrulhamento orientado por mapeamento geográfico podem otimizar a atuação policial em territórios de baixa densidade. Todavia, a transposição dessas técnicas para a realidade de Goiás depara-se com barreiras de ordem logística e operacional, conforme aponta Barros (2024).

A relevância deste trabalho reside na urgência de examinar as táticas de combate preventivo aos delitos em territórios campesinos goianos, considerando seus reflexos na salvaguarda das populações agrícolas e na sustentação da economia regional. A recorrência de infrações contra o patrimônio rural, segundo destaca Costa (2016), produz clima de insegurança e causa danos expressivos aos produtores, comprometendo a credibilidade nas instituições de ordem pública.

Este trabalho atende igualmente à necessidade de abordagens que transcendam o modelo exclusivamente repressivo, favorecendo a construção de vínculos entre a força policial e as populações do campo. Os achados poderão auxiliar a PMGO no direcionamento de recursos e na adoção de táticas mais assertivas, colaborando para a diminuição dos índices criminais e o reforço da confiança da população, segundo argumenta Ribeiro (2024) ao analisar experiências análogas.

O problema central desta investigação pode ser expresso da seguinte maneira: que táticas de combate preventivo aos delitos campesinos são empregadas pela PMGO e de que forma policiais e habitantes avaliam sua eficácia? Como objetivo geral, propõe-se examinar a eficácia das táticas de contenção criminal aplicadas pela corporação em localidades rurais. Dentre os objetivos específicos, busca-se: identificar as principais táticas de contenção adotadas, priorizando rondas e iniciativas comunitárias; avaliar como os agentes percebem a adequação e

os resultados dessas táticas no enfrentamento aos crimes; e examinar a visão dos moradores rurais acerca do impacto das operações policiais na sensação de segurança cotidiana.

A investigação adotará perspectiva qualitativa, combinando exame de registros institucionais e levantamento de informações primárias. Serão revisados arquivos operacionais, incluindo relatórios de rondas e boletins de ocorrência produzidos pela PMGO, visando compreender as táticas preventivas empregadas no campo. Paralelamente, serão distribuídos formulários entre agentes responsáveis por operações rurais, abordando a execução das medidas e suas avaliações de rendimento.

2 REVISÃO TEÓRICA

2.1 ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO À CRIMINALIDADE RURAL

O combate preventivo aos delitos no meio rural representa área de trabalho que requer táticas ajustadas às particularidades geográficas e sociais desses territórios, diferenciando-se dos padrões empregados nos grandes centros urbanos. A amplitude territorial e o espalhamento populacional das zonas campesinas, tal como as verificadas em Goiás, trazem obstáculos logísticos que moldam a elaboração de políticas de proteção pública. Os delitos no campo abarcam infrações como abigeato, apropriação de insumos para lavoura e ocupações ilegais de fazendas, prejudicando diretamente a economia local baseada na agricultura e pecuária. A identificação dessas infrações requer abordagens que considerem a concentração demográfica reduzida e os entraves de acesso, fatores que limitam a presença policial tradicional (Pereira, 2024).

As rondas campesinas surgem como tática primordial na resposta policial a esses obstáculos, buscando estabelecer presença preventiva em localidades de difícil alcance. A corporação militar goiana emprega patrulhamentos regulares para monitorar fazendas, inibir a atuação de criminosos e responder a ocorrências reportadas. Tais operações abrangem deslocamentos a pé ou com veículos adaptados, cobrindo vastas extensões de terra e enfrentando condições adversas, como estradas precárias. O registro dessas operações, documentado em relatórios internos, aponta a frequência e o alcance territorial das rondas, espelhando um trabalho contínuo para mitigar as infrações patrimoniais (Costa, 2016).

A articulação de iniciativas comunitárias complementa as rondas campesinas, promovendo a colaboração entre polícia e habitantes. Tais iniciativas incluem encontros com produtores rurais, distribuição de materiais educativos e criação de redes de comunicação local

para denúncias. A participação da comunidade visa ampliar a vigilância coletiva, viabilizando a identificação precoce de atividades suspeitas. A eficácia dessas iniciativas depende da adesão dos moradores, que muitas vezes enfrentam barreiras culturais ou carência de confiança na instituição policial. Os arquivos sobre essas parcerias destacam a relevância da proximidade como fator de fortalecimento da proteção rural (Oliveira et al., 2022).

O patrulhamento rural por localização via satélite representa abordagem tecnológica que otimiza a alocação de recursos policiais em territórios campestres. Tal tática emprega sistemas de GPS para mapear zonas de maior incidência criminal, direcionando as rondas a pontos críticos como fazendas isoladas ou rotas de tráfico. A aplicação dessa técnica pela PMGO abrange o uso de GPS e softwares de análise espacial, viabilizando a priorização de localidades vulneráveis. A execução desse método espelha a adaptação da polícia às demandas modernas, mas enfrenta limitações relacionadas à infraestrutura tecnológica e à capacitação dos agentes (Konzen et al., 2023).

A incorporação de ferramentas tecnológicas em benefício da atividade policial rural expande as capacidades preventivas da PMGO. Dispositivos como drones, câmeras de vigilância e aplicativos de denúncia anônima auxiliam na monitorização de fazendas e na captação de informações em tempo real. A introdução dessas tecnologias busca superar as barreiras impostas pela vastidão territorial, oferecendo suporte às rondas convencionais. O registro do uso dessas ferramentas aponta avanços na cobertura policial, embora a manutenção e o treinamento especializado representem desafios operacionais (Gomes & Silva, 2019).

A política de proteção pública para fazendas, como a Patrulha Rural de Catalão, exemplifica a especialização das iniciativas preventivas. Tal iniciativa da PMGO foca na salvaguarda de propriedades rurais e no combate a infrações particulares, como abigeato, mediante rondas periódicas e parcerias com associações rurais. A estruturação dessas patrulhas abrange a seleção de agentes com conhecimento local, ampliando a eficiência das intervenções. A verificação dos registros dessas operações revela a relevância de táticas direcionadas, mas também aponta a necessidade de ampliação para outras regiões rurais (Oliveira et al., 2022).

A criação de batalhões rurais espelha a institucionalização das táticas preventivas pela PMGO. A formação de unidades especializadas visa concentrar esforços na proteção rural, abrangendo patrulhas georreferenciadas e iniciativas comunitárias. Os arquivos sobre a criação desses batalhões apontam um reconhecimento oficial dos obstáculos particulares das zonas rurais, mas a eficácia depende da alocação de efetivo e recursos apropriados. A carência de infraestrutura suficiente pode limitar o alcance dessas unidades (Faria & Pereira, 2023).

Os delitos no campo avançam com a sofisticação dos métodos criminosos, exigindo adaptação constante das táticas preventivas. Crescimento de assaltos armados e uso de tecnologias por criminosos, como comunicação por rádio, desafiam a capacidade de resposta da PMGO. O registro desses incidentes aponta para a necessidade de patrulhas mais equipadas e treinadas, capazes de enfrentar adversários organizados. A evolução das infrações rurais reforça a relevância de abordagens preventivas que antecipem essas ameaças (Silva & Silva, 2018).

Os indicadores criminais em territórios campestres fornecem fundamento para a avaliação das táticas da PMGO. A verificação de dados como taxas de furto e roubo, coletados em relatórios anuais, viabiliza identificar tendências e ajustar as operações policiais. A comparação desses indicadores entre 2023 e 2024 na área rural do 5º Comando Regional da Polícia Militar do Paraná revela a influência das patrulhas comunitárias na redução de delitos. Os arquivos sobre esses dados sugerem que a PMGO pode empregar estatísticas locais para direcionar suas iniciativas preventivas (Alexandre, 2025).

A insegurança no campo, marcada por assaltos e roubos, destaca a responsabilidade estatal na salvaguarda rural. A carência de políticas bem-sucedidas pode agravar os prejuízos econômicos e sociais, prejudicando a confiança dos moradores na PMGO. O registro das ocorrências aponta para a necessidade de táticas que combinem prevenção e repressão, adaptando-se às particularidades regionais. A verificação desse cenário reforça a relevância de iniciativas coordenadas entre polícia e comunidade (Barros, 2024).

2.2 EFETIVIDADE E PERCEPÇÃO DAS AÇÕES POLICIAIS

A eficácia das táticas de combate preventivo aos delitos rurais pela PMGO mede-se pela capacidade de diminuir a incidência de infrações e ampliar a sensação de proteção. As rondas campestres, ao estabelecerem presença regular, inibem a atuação de criminosos, enquanto as iniciativas comunitárias fortalecem a colaboração com os habitantes. O registro das operações revela variações no rendimento, dependendo de fatores como alcance territorial e adesão local. A verificação desses resultados viabiliza avaliar o impacto das iniciativas da PMGO na salvaguarda das zonas rurais (Costa, 2016).

A visão dos policiais militares sobre a adequação das táticas espelha sua experiência operacional. Os agentes ressaltam a relevância do patrulhamento georreferenciado para otimizar o uso de recursos, mas apontam limitações como a escassez de efetivo e a carência de equipamentos. O registro dessas perspectivas, coletado em relatórios internos, aponta que a pertinência das iniciativas depende de investimentos em infraestrutura e treinamento. A

perspectiva dos policiais fornece fundamento para ajustes nas operações preventivas (Konzen et al., 2023).

A perspectiva de moradores de territórios campestres sobre o impacto das iniciativas policiais varia conforme o nível de interação com a PMGO. Comunidades que participam de iniciativas comunitárias relatam maior sensação de proteção, atribuindo-a à presença policial e à troca de informações. O registro dessas avaliações, obtido mediante entrevistas ou formulários, revela a influência da proximidade na confiança local. A carência de engajamento pode limitar a eficácia percebida pelas populações rurais (Ribeiro, 2024).

A Patrulha Rural Comunitária 4.0, aplicada no município de Toledo, exemplifica a modernização das táticas preventivas. A incorporação de tecnologias como localização por satélite e comunicação digital melhora a coordenação das iniciativas, ampliando a cobertura em territórios campestres. O registro dos resultados entre 2022 e 2023 aponta redução de indicadores criminais, sugerindo que a inovação tecnológica eleva o rendimento das rondas. A verificação desses dados fornece modelo potencial para a PMGO (Marchetti, 2024).

A avaliação de proteção de agricultores na região noroeste do Paraná espelha a influência das iniciativas da Polícia Militar. A presença de rondas comunitárias colabora para a diminuição de furtos, conforme relatado por produtores locais. O registro dessas avaliações, coletado em estudos de campo, ressalta a relevância da regularidade das operações e da interação com a comunidade. A verificação desses dados sugere que a PMGO pode adotar práticas semelhantes para fortalecer a proteção rural (Ribeiro, 2024).

Os métodos de combate e contenção aos delitos rurais envolvem a combinação de rondas e tecnologia. A incorporação de drones e sistemas de monitoramento fornece suporte às operações da PMGO, ampliando a vigilância em localidades isoladas. O registro do uso dessas ferramentas aponta avanços na detecção de crimes, mas a manutenção e o custo representam barreiras. A verificação desses métodos revela a necessidade de investimentos contínuos para sustentar as táticas preventivas (Silva & Silva, 2018).

A política de proteção pública para fazendas, como a Patrulha Rural de Catalão, foca na salvaguarda específica contra infrações patrimoniais. O registro das operações revela a eficácia na redução de furtos, atribuída à especialização dos agentes e à parceria com associações rurais. A verificação desses resultados sugere que a PMGO pode expandir essa abordagem, adaptando-a a outras regiões rurais de Goiás (Oliveira et al., 2022).

Os indicadores criminais fornecem fundamento quantitativo para avaliar a eficácia das táticas da PMGO. A comparação de taxas de criminalidade antes e após a aplicação de rondas rurais viabiliza medir o impacto das iniciativas preventivas. O registro desses dados, como os

registrados na área rural do 5º CRPM, aponta tendências de redução, sugerindo que a presença policial influencia positivamente a proteção. A verificação estatística desses indicadores fornece suporte para o planejamento operacional (Alexandre, 2025).

A insegurança no campo espelha a complexidade dos obstáculos enfrentados pela PMGO. O registro de assaltos e roubos aponta para a necessidade de táticas que combinem prevenção e repressão. A verificação desse cenário ressalta a relevância de iniciativas coordenadas, envolvendo a comunidade e o uso de tecnologia, para atender às demandas das zonas rurais (Barros, 2024).

3 METODOLOGIA

A investigação será executada mediante abordagem qualitativa, organizada em dois momentos centrais para examinar a eficácia das táticas de combate preventivo aos delitos aplicadas pela corporação militar goiana em territórios campestres. O primeiro momento compreenderá o exame de registros institucionais, incluindo a verificação de arquivos operacionais da PMGO, como relatórios de patrulhamento e boletins de ocorrência para reconhecer as táticas preventivas empregadas. Tal fase contemplará ainda a consulta a manuais operacionais e planos de ação, acessados na corporação, a fim de identificar as orientações adotadas no ambiente campestre.

O segundo momento implicará o levantamento de informações primárias através de formulários distribuídos a um conjunto formado por agentes da corporação que atuam no policiamento do campo e residentes de localidades campestres escolhidas, definidos mediante critério não probabilístico com base em aspectos como experiência profissional e participação nas ações locais. Os formulários apresentarão perguntas objetivas com alternativas predefinidas, elaborados para registrar informações acerca das táticas empregadas, a avaliação de resultados pelos agentes e o entendimento dos habitantes quanto aos efeitos na proteção comunitária. O preenchimento se dará via ferramenta online, garantindo sigilo e facilidade de acesso, prevendo duração entre 15 e 20 minutos por resposta.

O tratamento das informações ocorrerá através da técnica de análise que investiga formas de enfrentamento aos delitos no campo, a fim de classificar e compreender os dados obtidos, reconhecendo regularidades e aspectos frequentes. Tal procedimento permitirá a articulação dos registros institucionais com as avaliações levantadas, fornecendo fundamento para examinar a pertinência das táticas preventivas da PMGO e fundamentar investigações posteriores.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente seção vem da articulação entre a análise de fontes bibliográficas e as respostas de policiais do Batalhão Rural da PMGO e configura uma perspectiva majoritariamente afirmativa sobre as medidas preventivas, com atenção para a amplitude territorial e o efeito relacional, mesmo com restrições como insuficiência de pessoal, o que esclarece o problema de pesquisa ao delinear a efetividade das iniciativas da PMGO na contenção de delitos patrimoniais em territórios amplos.

A maior parte dos participantes relata serviço recente no Batalhão Rural, com 90% abaixo de seis meses e 10% entre seis meses e um ano, traçando um grupo com vivência inicial na unidade, o que indica padrões de alternância e pode moldar o enfrentamento de barreiras rurais. Tal grupo temporal aponta para o Gráfico 1, que classifica os intervalos de serviço e destaca o predomínio de iniciantes.

Gráfico 1: Tempo de Atuação no Batalhão Rural da PMGO

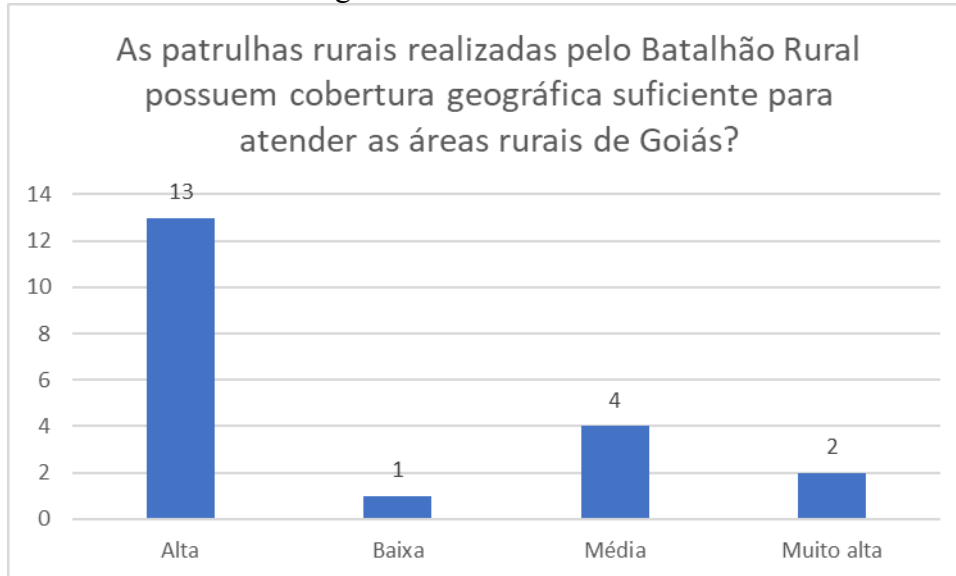


Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

O Gráfico 1 indica concentração em tempo curto de serviço, o que se relaciona à formação do batalhão rural delineada por Faria e Pereira (2023), que salientam a capacitação para efetivo novo em patrulhas georreferenciadas; na PMGO, essa predominância breve sugere necessidades de instrução permanente, tal como Konzen et al. (2023) indicam para aprimorar a gestão em segurança rural.

A próxima questão apresentou o resultado onde 65% agentes qualificam a cobertura geográfica das patrulhas como alta, 20% média, 10% muito alta e 5% baixa, configurando uma opinião em grande parte favorável, mas com diferenças que sinalizam falhas em regiões largas. Essa opinião leva ao Gráfico 2, que organiza os graus de cobertura e expõe o equilíbrio entre alta e média.

Gráfico 2: Cobertura Geográfica das Patrulhas Rurais da PMGO



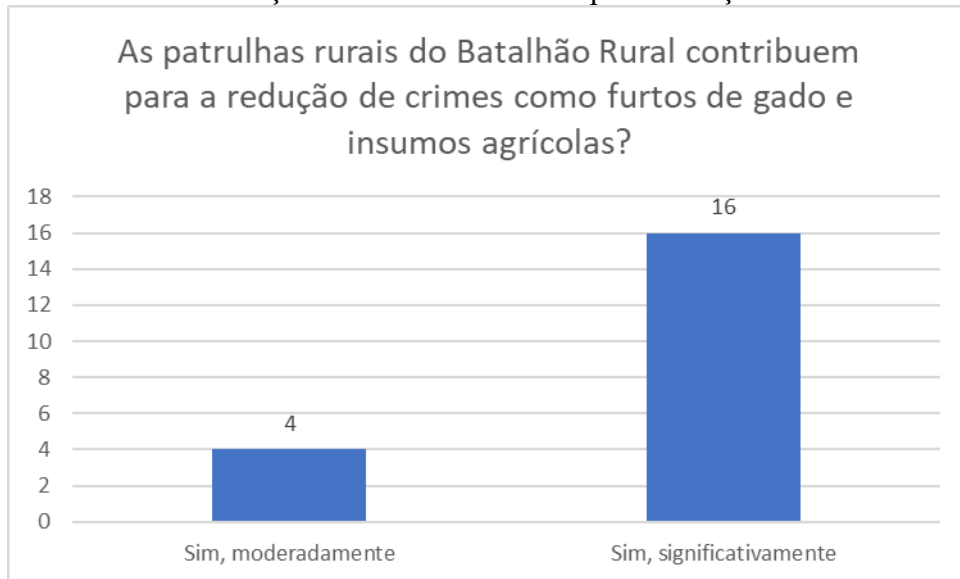
Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

O Gráfico 2 mostra que a classificação alta ou muito alta soma 75%, o que se vincula à avaliação da Patrulha Rural de Catalão/GO por Oliveira et al. (2022), que acentuam extensão elevada em propriedades para proteção patrimonial; na PMGO, essa classificação confirma a largura geográfica, conforme Gomes e Silva (2019) propõem tecnologias para superar impedimentos em sítios isolados.

A próxima questão apresentou o resultado onde dezesseis agentes declaram contribuição significativa das patrulhas à diminuição de furtos de gado e insumos (80%), quatro moderada (20%), estabelecendo acordo geral sobre efeito preventivo, sem qualificações negativas.

Tal fator indica que a contribuição significativa prevalece em 80%, o que se associa à exploração de métodos de contenção rural por Silva e Silva (2018), que colocam patrulhas como mitigadoras de furtos patrimoniais; na PMGO, esse indicador ressoa com Pereira (2024), que examina desafios e respostas para delitos rurais, defendendo patrulhas ajustadas para maior restrição. Tal acordo orienta para o Gráfico 3, que separa os graus de contribuição e enfatiza o significativo.

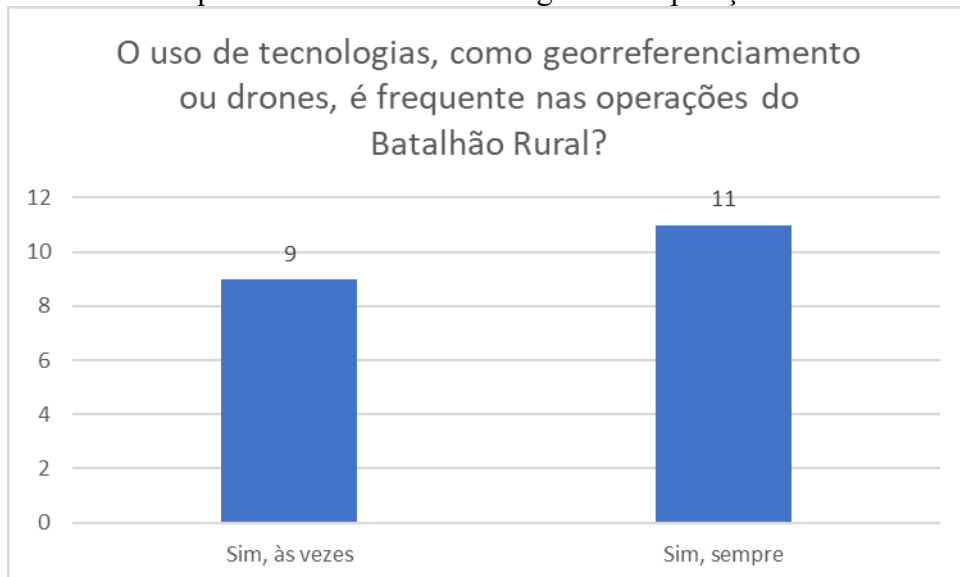
Gráfico 3: Contribuição das Patrulhas Rurais para Redução de crimes



Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Na questão seguinte, 55% agentes indicam uso sempre frequente de tecnologias como georreferenciamento, 45% às vezes, delineando adoção tecnológica constante, sem relatos de não uso. Essa constância direciona para o Gráfico 4, que divide a frequência de aplicação e realça o sempre.

Gráfico 4: Frequência de Uso de Tecnologias nas Operações do Batalhão Rural

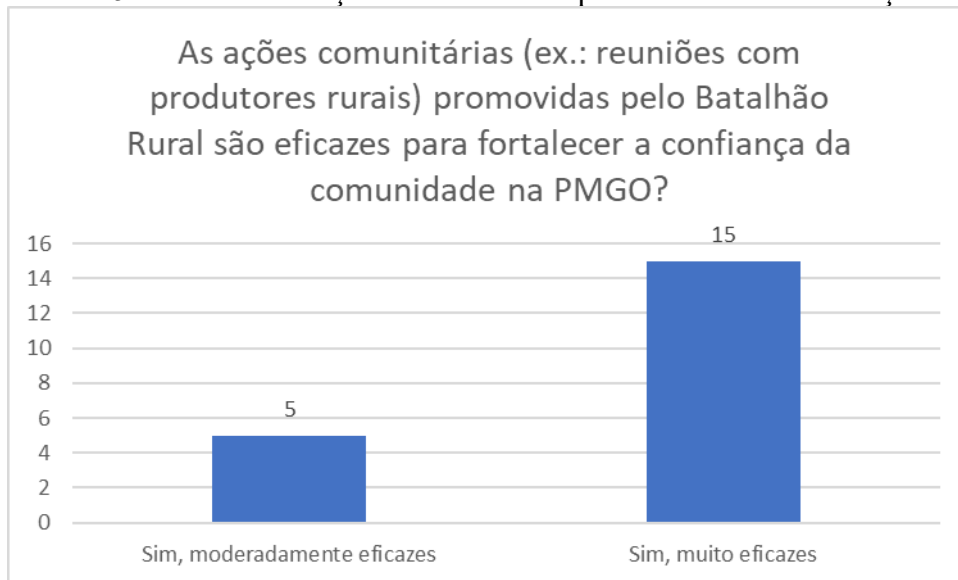


Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

O Gráfico 4 mostra que o uso sempre ou às vezes soma 100%, o que se liga à defesa de patrulha rural georreferenciada por Konzen et al. (2023) como ferramenta de administração; na PMGO, essa adoção ratifica a incorporação, tal como Gomes e Silva (2019), que investigam ferramentas tecnológicas para policiamento rural em Goiás.

Ademais, 75% dos agentes classificam ações comunitárias muito eficazes para consolidar confiança, 25% moderadamente eficazes, formando consenso positivo sobre o efeito relacional. Esse consenso leva ao Gráfico 5, que categoriza os níveis de eficácia e salienta o muito eficaz.

Gráfico 5: Eficácia das Ações Comunitárias para Fortalecer Confiança na PMGO

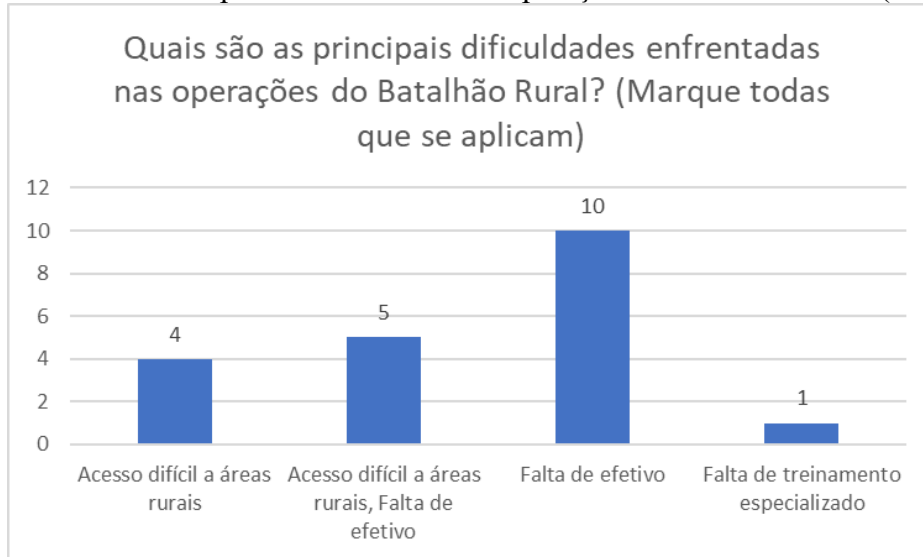


Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

O Gráfico 5 indica que a eficácia muito ou moderada soma 100%, o que se relaciona à avaliação de patrulha rural comunitária na PMPR por Ribeiro (2024), que enfatiza ações como reuniões para sensação de segurança; na PMGO, essa classificação sustenta a proximidade, conforme Marchetti (2024), que analisa patrulha 4.0 em Toledo para engajamento rural.

As restrições incluem falta de efetivo em 50% respostas, acesso difícil + falta de efetivo em 25%, acesso difícil em 20% e falta de treinamento em 5%, totalizando opções múltiplas em 20 respostas. Essa priorização de restrições guia para o Gráfico 6, que ilustra a distribuição das restrições e enfatiza o efetivo.

Gráfico 6: Principais Dificuldades nas Operações do Batalhão Rural (Múltipla Escolha)

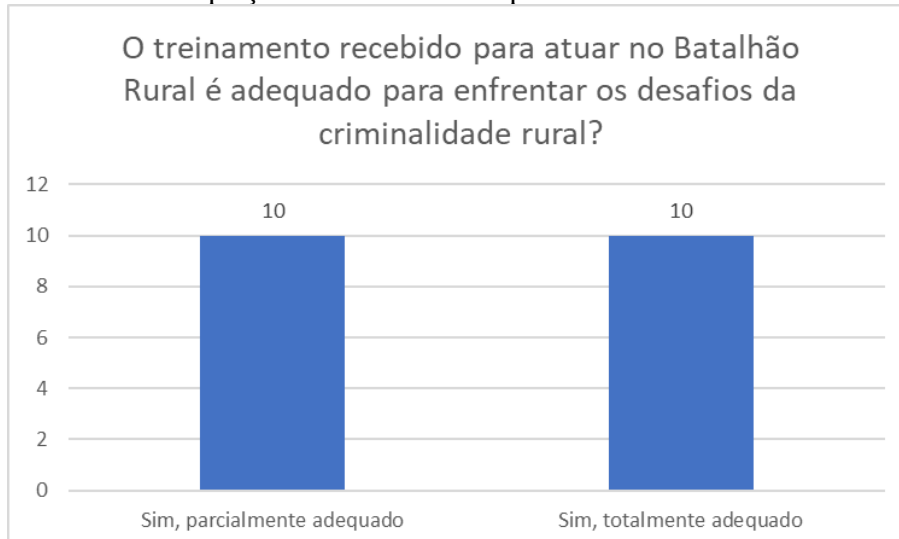


Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

O Gráfico 6 mostra que a falta de efetivo surge em 75% combinada, o que se associa à discussão de insegurança rural e dever estatal por Barros (2024) em roubos; na PMGO, esse indicador ressoa com Pereira (2024), que investiga desafios como acesso difícil (45%), propondo soluções para criminalidade rural.

Na próxima questão, 50% agentes qualificam treinamento totalmente adequado, 50% parcialmente, equilibrando a percepção de preparo para delitos rurais. Tal equilíbrio direciona para o Gráfico 7, que organiza os níveis de adequação e revela a paridade.

Gráfico 7: Adequação do Treinamento para Desafios da Criminalidade Rural

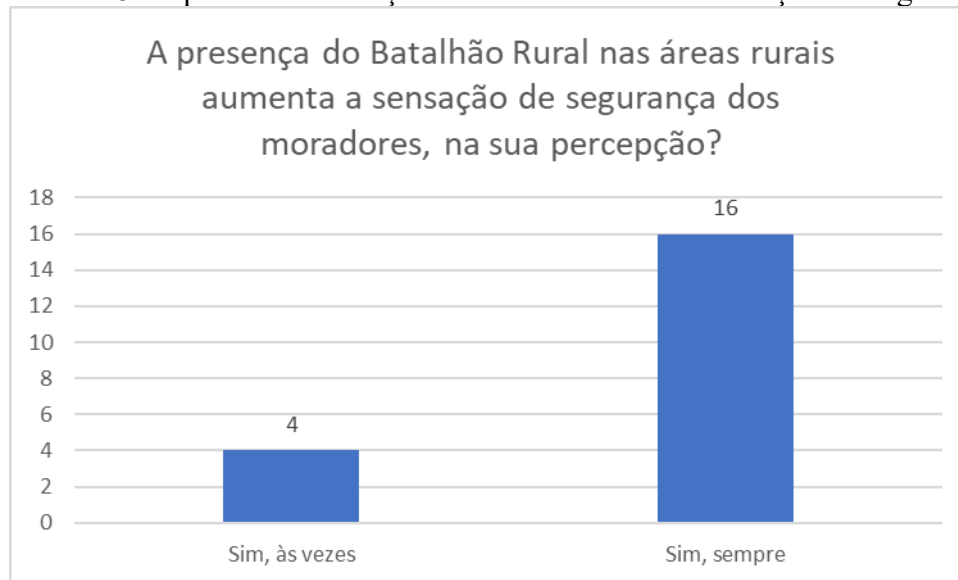


Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

O Gráfico 7 indica equilíbrio entre total e parcial em 100%, o que se vincula ao exame de patrulhas rurais comunitárias por Costa (2016), que salienta treinamento para efetividade; na PMGO, a adequação parcial em 50% recomenda ajustes, conforme Silva e Silva (2018), que defendem métodos de prevenção com capacitação tecnológica.

Na próxima questão, 80% dos agentes afirmam que presença eleva sensação de segurança sempre, 20% às vezes, delineando efeito positivo uniforme. Tal delineação leva ao Gráfico 8, que separa os graus de elevação e acentua o sempre.

Gráfico 8: Impacto da Presença do Batalhão Rural na Sensação de Segurança

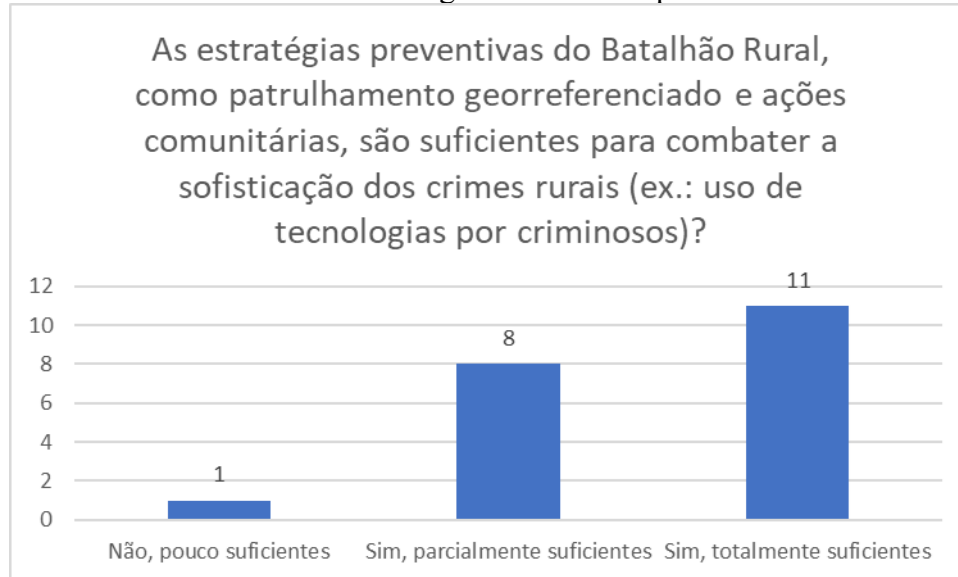


Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

O Gráfico 8 mostra que a elevação sempre ou às vezes soma 100%, o que se relaciona à análise de percepção de segurança de agricultores na PMPR por Ribeiro (2024); na PMGO, esse indicador reforça a patrulha como consolidadora de confiança, tal como Oliveira et al. (2022) na Patrulha Rural de Catalão.

Na questão seguinte, 55% dos agentes julgam estratégias preventivas totalmente suficientes para crimes sofisticados, 40% parcialmente e 5% pouco, configurando visão majoritariamente favorável. Essa configuração guia para o Gráfico 9, que organiza os níveis de suficiência e salienta o total.

Gráfico 9: Suficiência das Estratégias Preventivas para Crimes Rurais Sofisticados



Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

O Gráfico 9 indica que a suficiência total ou parcial soma 95%, o que se liga ao exame de patrulha rural 4.0 por Marchetti (2024) como proximidade; na PMGO, esse indicador confirma solidez, conforme Konzen et al. (2023), que propõem georreferenciamento para confrontar sofisticação criminal. Seis respostas abertas priorizam aumento de efetivo (quatro, ou 66,67%), nada para melhorar (uma, ou 16,67%) e ponto isolado (uma, ou 16,67%), refletindo demandas por pessoal adicional. Essa síntese de melhorias, com 70% vazias, sugere consenso em efetivo como foco.

Os resultados respondem ao problema de pesquisa ao indicar que estratégias da PMGO em áreas rurais, como patrulhas e ações comunitárias, são vistas como eficazes pela maioria, com cobertura geográfica alta e redução significativa de furtos, apesar de barreiras como falta de efetivo. O objetivo se cumpre pela percepção de contribuição expressiva e confiança reforçada em todos os casos, validando o impacto na segurança rural.

Especificamente foi possível identificar estratégias principais é atendido pela cobertura alta na maioria, redução por patrulhas em todos e uso de tecnologias sempre ou às vezes, conforme patrulhas georreferenciadas de Konzen et al. (2023). Da mesma forma, revela treinamento adequado e ações comunitárias eficazes em todos, alinhado a Costa (2016), bem como demonstra a elevação de segurança em todos e suficiência na maioria, como em Ribeiro (2024) sobre agricultores.

5 CONCLUSÃO

A investigação demonstra que as táticas de combate preventivo aos delitos adotadas pela corporação militar goiana no meio rural geram resultados favoráveis constantes na diminuição de infrações contra o patrimônio e na avaliação de proteção pela população residente nessas localidades. O trabalho das rondas programadas, do relacionamento com a comunidade e da incorporação do mapeamento por satélite mostra-se fundamental para o rendimento das medidas preventivas, proporcionando maior eficácia e alcance às operações. Mesmo diante dessa eficácia, restrições importantes permanecem, ressaltando-se a insuficiência de pessoal, os entraves de acesso territorial e deficiências no aparato tecnológico, que comprometem a expansão e a permanência das iniciativas policiais.

O reforço das táticas ocorre, dessa forma, mediante a execução estrutural que contemple aportes em equipamentos, qualificação técnica e dispositivos de cooperação entre corporação policial, comunidade e demais instituições públicas. Desse modo, o aperfeiçoamento das políticas de proteção pública rural em Goiás conseguirá promover reflexos duradouros na defesa dos direitos e da integridade das populações rurais, colaborando para o desenvolvimento social e econômico dessas regiões.

Os achados obtidos mostram que, embora as táticas da PMGO apresentem eficácia reconhecida pelos envolvidos, existe um potencial significativo de otimização através da integração sistêmica de tecnologias emergentes, expansão do efetivo especializado e fortalecimento das redes de cooperação interinstitucionais.

Para além disso, sugere-se a investigação das avaliações de outros atores relevantes, como produtores rurais, associações agropecuárias e órgãos de proteção pública correlatos, visando uma compreensão mais abrangente do rendimento das iniciativas preventivas. A consolidação dessas táticas, aliada ao comprometimento institucional e à sustentabilidade financeira dos investimentos, poderá posicionar Goiás como referência nacional em proteção pública rural, colaborando para a salvaguarda das comunidades agrícolas e o fortalecimento do setor econômico estadual.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Marciel. Patrulha Rural Comunitária da PMPR: uma análise dos indicadores criminais, repressivos e operacionais nos anos de 2023 e 2024 na área rural do 5º CRPM. **Brazilian Journal of Development**, v. 11, n. 2, p. e77772-e77772, 2025.

BARROS, Danilo Antônio De Lima. Insegurança No Campo: Roubos Na Zona Rural E A Incumbência Do Estado. **Portal de Trabalhos Acadêmicos**, v. 16, n. 1, 2024.

COSTA, Leon Denis. Policiamento rural: patrulhas rurais comunitárias. **Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública**, v. 9, n. 2, 2016.

FARIA, Stefany Gomes de; PEREIRA, Danilo Frauzino. **Criação do batalhão rural, patrulha rural georreferenciada e as demais técnicas aplicadas no combate ao crime na zona rural do estado de goiás**. Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, 2023.

GOMES, Pablo Augusto Gonçalves; SILVA, Gabriel Eliseu. **A utilização de ferramentas tecnológicas em benefício da atividade policial no meio rural do estado de goiás**. Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, 2019.

KONZEN, Ione Grace do Nascimento Cidade; PESSOA, Allison Souza; DA SILVA, Valdinei Teixeira. Patrulha rural georreferenciada como estratégia de gestão em segurança pública. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 14, n. 6, p. 9493-9521, 2023.

MARCHETTI, Renato. Patrulha rural comunitária 4.0 como estratégia de policiamento de proximidade: uma análise das ações da patrulha rural comunitária no município de Toledo, nos anos de 2022 e 2023. **Brazilian Journal of Development**, v. 10, n. 2, p. e67575-e67575, 2024.

OLIVEIRA, Carlos Antonio Ferreira; TEIXEIRA, Lana Mara Silva; MEDINA, Gabriel da Silva. Política de segurança pública para propriedades rurais: Patrulha Rural de Catalão/GO. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 16, n. 3, p. 204-223, 2022.

PEREIRA, Marcos Severiano. Criminalidade Nas Áreas Rurais: Desafios E Soluções. **Revista Brasileira de Estudos de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 1, n. 1, p. 45-68, 2024.

RIBEIRO, Anderson Luis. Patrulha Rural Comunitária: Atuações Da Polícia Militar Do Paraná Em Áreas Rurais E A Percepção De Segurança De Agricultores Na Região Noroeste Do Paraná. **RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar-ISSN 2675-6218**, v. 5, n. 6, p. e565345-e565345, 2024.

SILVA, Weuller Maciel Ferreira da; SILVA, Thiago Henrique Costa. **A Criminalidade No Campo Avança: Métodos De Combate E Prevenção**. Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, 2018.

APÊNDICE A

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Prezado(a) Policial Militar ou Morador(a) de Área Rural, você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa "Um Estudo sobre as Estratégias de Prevenção à Criminalidade pela PMGO em Áreas Rurais", conduzida por Gabriel Borges Monteiro Gouveia Couto, vinculada ao Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás. O estudo visa analisar a eficácia das estratégias de prevenção à criminalidade rural, conforme Costa (2016) e Ribeiro (2024). A participação envolve responder a questionário anônimo via plataforma digital, com duração aproximada de 15 a 20 minutos, em data compatível com sua rotina. Não há riscos além dos habituais, e a desistência é permitida a qualquer momento sem prejuízo. Os dados serão tratados de forma confidencial, codificados e utilizados exclusivamente para fins acadêmicos. Declaro que li, compreendi e concordo em participar de forma livre e esclarecida:

Sim

Não

1. Qual é sua condição atual?

Policial militar

Morador de área rural

2. Há quanto tempo você está envolvido com ações policiais rurais?

Menos de 6 meses

6 meses a 1 ano

Mais de 1 ano

3. A PMGO realiza patrulhas regulares em sua região rural?

Sim

Não

4. As ações comunitárias da PMGO são frequentes em sua área?

Sim

Não

5. Avalie a cobertura geográfica das patrulhas rurais da PMGO:

Muito baixa

Baixa

Média

- Alta
 - Muito alta
6. As patrulhas rurais contribuem para a redução de furtos?
- Sim, significativamente
 - Sim, moderadamente
 - Não
7. A tecnologia, como georreferenciamento, é usada nas patrulhas rurais?
- Sim
 - Não
8. A presença da PMGO aumenta a sensação de segurança local?
- Sim, sempre
 - Sim, às vezes
 - Não
9. Quais são as principais dificuldades enfrentadas pelas patrulhas rurais? (marque todos que se aplicam)
- Acesso difícil
 - Falta de efetivo
 - Equipamentos insuficientes
 - Outra (especificar: _____)
10. Descreva sua percepção sobre a eficácia das estratégias preventivas da PMGO: